



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	537918/2023
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
CNPJ:	03.579.836/0001-80
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	GUSTAVO DE MELO ANICEZIO
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ALTO ARAGUAIA
NÚMERO OS:	4752/2024
EQUIPE TÉCNICA:	RAQUEL JORGE SANTIAGO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA DEFESA	3
3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES	9
4. CONCLUSÃO	10
4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE	10



1. INTRODUÇÃO

Trata o presente relatório da análise da Defesa encaminhada pelo Prefeito Municipal de Alto Araguaia no Documento Digital nº 485000/2024, acerca das irregularidades apontadas no relatório preliminar das Contas Anuais de Governo de 2023 da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia (Documento Digital nº 470194/2024).

2. ANÁLISE DA DEFESA

GUSTAVO DE MELO ANICEZIO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2017 a 31/12/2023

1) AA05 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_05. Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal.

1.1) *Os repasses financeiros realizados no exercício de 2024 para atender as despesas do legislativo foram superiores ao limite permitido, representando uma diferença a maior de R\$ 17.587,04.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: GUSTAVO DE MELO ANICEZIO - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Para que se compreenda como se deu a fixação do duodécimo da Câmara Municipal de Alto Araguaia para o exercício de 2024, é necessário uma breve contextualização dos fatos. Destaco nesse ponto, que todos os fatos narrados constarão no Anexo I, desta peça.

O Poder Executivo Municipal no momento da elaboração da peça orçamentária sempre se pautou em apresentar as estimativas da Receita Corrente Líquida da forma mais precisa possível, de modo a buscar o respeito máximo aos limites constitucionais.

Seguindo essa máxima, o Projeto de Lei nº 073/2022, que originou a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023, fixava as despesas da Câmara Municipal de Alto Araguaia, em R\$ 5.092.800,00 (cinco milhões e noventa e dois e oitocentos reais), valor este que considerando o percentual de 7% foi extraído de uma estimativa de RCL em R\$ 72.754.300,00 (setenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e trezentos reais).

Ao seu turno, o Poder Legislativo, em sua costumeira avidez por obter o maior quantitativo possível de recursos públicos, no momento da análise da peça orçamentária, estimou a RCL de 2022 em R\$ 92.850.000,00 (noventa e dois milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), emendando o Projeto de Lei e fixando seu repasse em R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

No início do exercício financeiro de 2023, a Unidade Central de Controle Interno, emitiu o alerta nº 001, de 27 de janeiro de 2023, apontando que a Receita Corrente Líquida havia sido apurada em um total de R\$ 86.057.609,93 (oitenta e seis milhões cinquenta e sete mil seiscentos e nove reais e noventa



e três centavos), havendo assim a necessidade de reduzir o duodécimo para R\$ 6.024.032,70 (seis milhões, vinte e quatro mil e trinta e dois reais e setenta centavos), contudo, como medida de prudência sugeriu negociação para a fixação do valor em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Buscando consenso para resolver a demanda, o Poder Executivo Municipal enviou o ofício nº 051/2023, informando a necessidade de reduzir o valor do duodécimo para R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), solicitando a indicação das fontes orçamentárias passíveis de redução.

Em sua resposta o Poder Legislativo reconheceu o excesso de R\$ 475.967,30 (quatrocentos e setenta e cinco mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta centavos), não concordando com a margem prudencial proposta pela UCCI, motivo pelo qual o duodécimo foi reajustado para os exatos 6.024.032,70 (seis milhões, vinte e quatro mil e trinta e dois reais e setenta centavos), considerando os patamares de RCL apurados nos termos do Alerta 001/2023.

Da análise do histórico supracitado, observa-se que o Poder Executivo desde os primórdios tentou de todas as formas apresentar valores conservadores e dentro dos limites constitucionais para a fixação do duodécimo, não havendo qualquer ato de sua autoria que pudesse resultar no repasse a maior para a Câmara Municipal.

Houve a princípio a intenção de fixar um valor menor, o qual foi emendado pela Câmara Municipal para patamares exorbitantes e, posteriormente corrigidos nos termos do alerta nº 001/2023, da UCCI, para o patamar apresentado, pois era a única fonte de embasamento que no momento apontava para a RCL de 2022.

Nesse sentido, não existem quaisquer elementos que possam apontar para a existência de dolo por parte do Gestor, sendo que este tentou por várias vezes fixar duodécimo dentro de patamares aceitáveis, sendo o último ajuste realizado com base no alerta da UCCI. Desta forma o repasse a maior e resultado de erro, configurando ainda valor irrisório, o que por sua vez não leva à reprovação das contas.

Há que se realizar uma ressalva em relação à atuação da UCCI, pois ainda que se admita a hipótese de erro na apuração da RCL do exercício de 2022, esta entendeu por recomendar que houvesse uma redução ainda maior, a qual ficaria em patamares próximos ao apurado pelo TCE, o que apenas não se consolidou em razão da insistência da Câmara Municipal em não admitir a realização de cortes em seu orçamento.

Tal raciocínio vai ao encontro ao entendimento firmado do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, ao julgar caso análogo ocorrido no município de Nortelândia, vejamos:

62. Da análise da argumentação e da documentação apresenta das combinado com o processo das Contas Anuais de Governo de Nortelândia do exercício de 2021 (Processo nº 41.169-8/2021), a Secex e o Ministério Público de Contas se manifestaram no sentido de que a extrapolação do limite constitucional das despesas ocorreu por erro, não havendo, assim, dolo do gestor da Câmara Municipal.



63. Em que pese não verificado dolo pela unidade técnica e ministerial, entendo que a vertente apontamento possui natureza constitucional, não sendo admissível a sua descaracterização.

64. Todavia, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade juntamente ao erro de cálculo por parte do Contador e do Controlador Interno do Município de Nortelândia, concluo que a presente irregularidade não é fator decisivo para a reprovação das contas, mas pelo julgamento das contas com ressalvas.

65. Acolho a manifestação do Ministério Público de Contas para considerar caracterizado o achado AA 06, porém sem aplicar multa ao responsável. Por derradeiro, nos termos do artigo 22, §2º, da Lei Orgânica do TCE-MT, entendo que o caso enseja a expedição de determinação à atual gestão da Câmara Municipal de Nortelândia para que elabore adequadamente o planejamento das despesas e que haja o controle eficaz dos gastos para atender o limite estabelecido no artigo 29-A, I da Constituição da República, sob pena de julgamento pela irregularidade das contas do Poder Legislativo.

Processo nº 8 7092/2022 - Relator: Luiz Enrique de Lima

Nesse sentido, ante a ausência de dolo e, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, requer-se a descaracterização da referida irregularidade, a qual caso mantida, não resulte na reprovação das contas, tampouco na aplicação de multa.

Análise da Defesa:

A equipe técnica reconhece que a Unidade de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia realizou o alerta sobre a extrapolação do limite constitucional e o Chefe do Poder Executivo comunicou o gestor da Câmara Municipal, conforme documentos encaminhados em anexo.

No entanto, o apontamento possui natureza constitucional e deve ser mantido, tendo em vista não possuir exceções para o afastamento da determinação contida no art. 29A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar, no caso do município de Alto Araguaia, o limite de 7%.

Resultado da Análise: MANTIDO

2) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, "b" e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, "b", da Lei 4.320/1964).

2.1) *Déficit de execução orçamentária no valor de -R\$ 2.487.612,39 contrariado os mandamentos do Art. 167 da Constituição Federal e artigo 9º da LRF.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: GUSTAVO DE MELO ANICEZIO - ORDENADOR DE DESPESAS



Manifestação da Defesa:

Para demonstrarmos que não houve déficit na execução orçamentária anexaremos alguns recortes dos relatórios preliminares das contas de governo de 2022 (Processo 8.952-4/2022), bem como, do atual (contas de governo de 2023) e do Balanço Patrimonial de 2023:

Conforme demonstra o Quadro 6.3, página 120, do Relatório Preliminar das Contas de Governo de 2022 (processo 8.952-4/2022), o executivo, exceto o RPPS, **encerrou o exercício de 2022 com Superávit Financeiro no montante de R\$ 16.531.513,51**:

Quadro 6.3 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 26.605.052,89	R\$ 303.542,84	R\$ 26.908.595,73
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 10.073.539,38	R\$ 303.542,84	R\$ 10.377.082,22
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 16.531.513,51	R\$ 0,00	R\$ 16.531.513,51

Relatório Contas de Governo - Anexo: Dívida - Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

O recorte abaixo refere-se ao Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Anexo 14 (Balanço Patrimonial) de 2023, nele fica visível que nos encerramentos dos exercícios de 2022 e 2023 não houve déficit financeiro em nenhuma fonte de recurso.

FONTES DE RECURSOS		NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS			23.449,83	25.613,02
502 RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS			42.906,02	0,00
509 TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO			0,00	6.473,62
561 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDP REFERENTES AO PROGRAMA CONHECER DIREITO NA ESCOLA (PDCE)			1.664,84	972,36
562 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDP REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)			132,97	1.807,03
563 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDP REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)			2.469,93	12.354,74
569 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDP			38.600,73	31.559,12
571 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO			3.577.825,66	2.826.429,27
599 OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO			0,00	54.390,20
609 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS			389.132,14	1.104.610,66
601 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO D			46.166,43	37.904,45
602 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS			0,00	488.374,47
603 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA			27.157,60	27.157,60
605 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS PARA A PROTEÇÃO			5.294,36	0,00
612 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL			737.194,34	945.173,16
699 OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00	553.834,40
660 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS			32.993,22	534.727,89
661 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			143.606,79	45.962,64
700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO			628.681,06	45.794,10
701 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS			0,00	3.976.401,41
702 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS			3.839.568,37	277.256,42
704 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS			96.716,90	1.297.332,13
707 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - INCISO I DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 173/2020			0,00	2.133,36
711 CONTRAS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS NÃO DECORANTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS			0,00	389.479,27
712 TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC Nº 199/2022 - ART. 3º ALÍNEA ÚNICA			234.716,51	0,00
716 TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC Nº 199/2022 - ART. 3º DEMAIS SETORES DA CULTURA			5.333,68	0,00
718 AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONS - ART. 6º, INCISO V, DE Nº 133/2023			2.106,33	0,00
749 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS			0,00	333.480,20
			0,00	5.681,54



100 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	13.297,83	89.768,87
751 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	86.810,97	29.394,87
754 RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	56.512,46	9.313.523,58
755 RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	12.891,70
759 RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	9.889,85	194.114,04
999 OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	22.752,32
Total das Fontes de Recursos	166.510,11	95.510.513,58

O Superávit Financeiro de 2023 é confirmado pela competente equipe técnica em seu relatório, na página 120, no quadro 7.1, conforme demonstra o recorte abaixo:

Quadro: 7.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 13.422.959,51	R\$ 310.515,85	R\$ 13.733.475,36
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 3.207.166,41	R\$ 310.515,85	R\$ 3.517.682,26
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 10.215.793,10	R\$ 0,00	R\$ 10.215.793,10

Relatório Contas de Governo -> Anexo: Dívida -> Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

Assim, ao analisarmos o **QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)**, com os valores apresentados acima temos:

B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 151.303.742,26
A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 144.513.472,47
C	DESPESA CONSOLIDADA - CRÉDITOS ADICIONAIS SUPERÁVIT 2022	R\$ 16.531.513,51
QREO	(A+C)/B	1,1613

Como ficou evidente o executivo encerrou o exercício financeiro de 2023 sem Déficit Financeiro em nenhuma das fontes, bem como, com o **QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO) com o valor de 1,1613**, ou seja, encerrou o exercício com resultado positivo.

Nesse sentido, assim tem decidido o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso:

Contabilidade. Déficit de execução orçamentária. Atenuantes. São fatores atenuantes da irregularidade configurada pela existência de déficit de execução orçamentária: a) o valor do superávit financeiro apurado no balanço do exercício em análise; b) os atrasos ou não recebimento de repasses financeiros que estavam programados para o exercício e que serviram de fonte de recursos para empenho de despesas; c) o saldo



patrimonial do exercício em análise superior ao do exercício anterior; e d) o saldo das disponibilidades financeiras do exercício em análise, suficiente para pagar as respectivas obrigações. (CONTAS ANUAIS DE GESTÃO MUNICIPAL. Relator: IS AI AS LOPES DA CUNHA. Acórdão 58/2015 - 2ª CAMARA. Julgado em 07/07/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 20/07/2015. Processo 19976/2014). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2015, nº 17, jul/2015).

Pelo exposto, destacamos que não houve Déficit na Execução Orçamentária, pois, todas as despesas do exercício por fonte, possuía aporte financeiro para serem pagas, seja pela receita arrecadada ou do Superávit Financeiro do exercício anterior. No máximo, podemos dizer que não houve abertura de créditos por Superávit para empenhar as despesas, utilizando dotações do orçamento.

Entendemos que o fato em tela não se enquadra na irregularidade ora mencionada, assim, solicitamos seu afastamento, ou que essa seja transformada em recomendação.

Por fim, independentemente do resultado demonstrado do (QRE) em tela, salientamos que essa gestão sempre foi vigilante com a contratação de despesa pública, como fica comprovado através do Decreto 060/2023, emitido em 18/07/2023, por este gestor público, nos termos do Anexo II, desta peça.

Assim, dos fatos citados e documentos apresentados, esperamos ter esclarecido de forma satisfatória ao apontado no relatório de auditoria, contando com a aceitação de nossas Justificativas e dando o mesmo por sanado.

Análise da Defesa:

De fato o valor do Superávit do exercício anterior foi de R\$ 16.531.513,51. No entanto, para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, deve-se considerar juntamente com a receita arrecadada no exercício o valor do superavit financeiro apurado no balanço do exercício anterior **utilizado para abertura ou reabertura de créditos adicionais**, conforme item 6 do Anexo RN TCE-MT nº 43/2013.

De acordo com a informação encaminhada pelo jurisdicionado, no sistema Aplic, foi empenhado com Recurso do Superávit financeiro do exercício anterior R\$ 4.302.657,40, conforme evidenciado a seguir:

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIÁ - CNPJ: 03579836000180 - [Créditos Adicionais financiados por superávit financeiro]

Sistema | Págs de Planejamento | Prestação de Contas | Informes Mensais | Informes Egrvo Imediato | Auditoria | Impressões | Cruzamento de Dados | Ajuda...

Créditos Adicionais financiados por superávit financeiro

TI :: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Créditos Adicionais

Consulta parametrizada

☒ **Dados consolidados do Ente**

* Considera os dados acumulados até a última carga enviada

Pesquisas [Enter]

Font...	Descrição da fonte de recurso(b)	Superávit/Déficit Financeiro...	Créditos Adicionais por Sa...	Créditos Adicionais p...	Créditos Adicionais por...	Créd. Adic. abertos ...	Empenhado com Recurso do Superávit...
550	Transferência do Salário Educação	4.473,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinh...	972,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Naci...	1.607,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Naci...	12.354,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	31.559,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos C...	2.828.428,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	52.399,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes d...	1.104.610,66	1.124.293,50	0,00	1.124.293,50	-19.682,84	117.194,36
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes d...	57.904,45	104.645,07	0,00	104.645,07	-126.740,62	30.548,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes d...	458.374,47	487.826,38	0,00	487.826,38	-29.451,91	477.691,90
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes d...	27.157,00	27.157,00	0,00	27.157,00	0,00	0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes d...	845.173,15	90.217,82	0,00	90.217,82	0,00	90.217,32
659	Outros Recursos Vinculados à Saúde	553.634,48	316.921,93	0,00	316.921,93	0,00	316.921,93
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Socia...	534.727,97	353.070,07	0,00	353.070,07	0,00	307.334,74
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência S...	65.461,84	23.333,33	0,00	23.333,33	0,00	24.099,93
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres ...	43.794,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
701	Outras Transferências de Provisões ou Instrumentos Provisórias	9.676.811,41	n/n	n/n	n/n	n/n	n/n



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros ...	277.254,42	184.836,28	0,00	184.836,28	0,00	184.836,28
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras ...	1.257.302,13	1.257.302,13	0,00	1.257.302,13	0,00	1.257.302,13
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 17 ...	2.133,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartição ...	359.473,27	359.450,51	0,00	359.450,51	0,00	359.450,51
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, inciso V ...	333.409,20	333.409,20	0,00	333.409,20	0,00	333.409,19
749	Outras vinculações de transferências	1.681,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
750	Recursos da Contribuição de intervenção no Domínio Econômico - CL ...	69.769,07	65.400,00	0,00	65.400,00	0,00	65.382,96
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação ...	29.394,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	4.343.523,64	1.234.084,38	0,00	1.234.084,38	0,00	738.268,53
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	12.641,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	194.114,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
899	Outros Recursos Vinculados	22.762,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA		16.531.513,51	6.041.947,60	0,00	6.041.947,60	-175.875,37	4.302.657,40

No relatório técnico preliminar (doc. nº 470194/2024, fl. 30), foi levado em consideração para o cálculo do quociente do resultado da execução orçamentária a despesa consolidada - créditos adicionais (empenhado), o valor de R\$ 4.302.6578,40, conforme demonstrado a seguir:

1) Quociente do Resultado da Execução Orçamentária - QREO

B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 151.303.742,26
A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 144.513.472,47
C	DESPESA CONSOLIDADA - CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 4.302.657,40
QREO	(A+C)/B	0,9836

Esse resultado indica que receita arrecadada é menor do que a despesa realizada - déficit orçamentário de execução.

Portanto, o cálculo demonstrado na justificativa da defesa, levando em consideração o valor total referente ao superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 16.531.513,51), não procede, pois o que deve ser considerado juntamente com a receita arrecadada no exercício é o valor da despesa empenhada decorrentes de créditos adicionais superavit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, conforme item 6 do Anexo RN TCE-MT nº 43/2013 e quadro 5.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - 2023 do relatório técnico preliminar.

Resultado da Análise: MANTIDO

3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Propõe-se ao Relator que recomende ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

- 1) verifique bimestralmente, nos exercícios seguintes, o percentual da relação entre despesas correntes e receitas correntes, implementação dos mecanismos de ajustes fiscais, quando esse percentual ultrapassar 95%, de acordo com o art 167-A CF/88 (item 6.6 do relatório técnico preliminar);
- 2) implementar as medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais (item 8 do relatório técnico preliminar).



4. CONCLUSÃO

Da análise da Defesa apresentada, conclui-se por manter os achado 1.1 e 1.2 da Irregularidade 1.

4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE

GUSTAVO DE MELO ANICEZIO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2017 a 31/12/2023

1) AA05 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_05. Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal.

1.1) *Os repasses financeiros realizados no exercício de 2024 para atender as despesas do legislativo foram superiores ao limite permitido, representando uma diferença a maior de R\$ 17.587,04.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

2) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, "b" e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, "b", da Lei 4.320/1964).

2.1) *Déficit de execução orçamentária no valor de -R\$ 2.487.612,39 contrariado os mandamentos do Art. 167 da Constituição Federal e artigo 9º da LRF.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Em Cuiabá-MT, 12 de agosto de 2024

RAQUEL JORGE SANTIAGO
AUDITOR PUBLICO EXTERNO
RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA